

NOVELLAE OLIVARUM

REVISTA DO SEMINÁRIO DOS OLIVAIS

N.º 5 JANEIRO - ABRIL 1983

NOVELLAE OLIVARUM
Revista de Formação Cultural

Director
Pe. Carlos Paes

Chefe de Redacção
Pe. Armindo Garcia

Redacção
Luís Filipe
João Rosa
Joaquim Nazaré

Propriedade e Administração
Seminário dos Olivais
1800 LISBOA

Composto e Impresso
nos Serviços da Cáritas Portuguesa

TERCEIRA SÉRIE
Número 5 — Janeiro-Abril
1983

Assinatura anual: 120$00
Avulso: 40$00

SUMÁRIO

— O Seminário, Comunidade de formação 3

— Por uma pastoral das vocações na Igreja 7

— Sentido da Igreja no discernimento sacerdotal 17

— Notas de Cultura Portuguesa 23

— Crónica 25

O SEMINÁRIO, COMUNIDADE DE FORMAÇÃO

"A experiência comunitária é o ambiente
envolvente de toda a formação"

Penso que o Xavier não me levará a mal que eu conte aqui uma confidência que ele me fez um dia. Ela tem o interesse de ser feita por uma pessoa que, vindo doutros meridianos, pode ter uma visão mais objectiva da realidade. O Xavier é um dos seminaristas de Cochim que veio fazer a sua formação teológica a Portugal, neste Seminário, a fim de aprender o português e poder depois, de regresso à Índia, fazer o levantamento da documentação histórica da sua diocese, que teve bispos portugueses durante quatro séculos. Contou-me ele um dia que, em carta para um antigo colega, assim descrevia o Seminário dos Olivais:

"Este seminário é uma comunidade sem regras, porque cada pessoa é uma regra".

Devo dizer que foi com um certo orgulho que então recebi esta confidência, que me pareceu retratar bem o nosso projecto formativo. Isto passou-se há uns quatro anos atrás; nessa altura éramos metade das pessoas. Hoje com trinta e quatro seminaristas a bordo, o barco já tem mais algumas regras, para que a navegação prossiga e cheguemos a bom porto. Todavia permanece válida, como expressão dum ideal, a afirmação do Xavier. Mais do que codificadas em regulamentos precisos, desejamos que as regras que nos regem estejam no espírito de cada um dos membros da comunidade que somos e por eles sejam vividas e comunicadas como manifestação duma experiência e duma sabedoria que dela resulta.

Continuamos sem ter um regulamento rígido e pormenorizado; gostaríamos de conservar esta disponibilidade corresponsável que nos tem feito encontrar, a cada momento da nossa caminhada, os princípios que nos devem reger e as fidelidades a que nos sentimos chamados.

Entendemos que um tal propósito só é possível com pessoas responsáveis e com um mínimo de maturidade; é por isso que de há uns doze anos para cá só estamos a receber seminaristas a partir do terceiro ano da Faculdade de Teologia. Mais do que escolar, o critério é o da maturidade vocacional e isso nos levou a remeter para mais tarde do que é habitual nos seminários maiores, a admissão neste dos Olivais.

Uma comunidade sem regras, porquê?

Direi simplesmente isto: porque se trata duma comunidade eclesial. No número 120 das "Normas Fundamentais Para a Formação Sacerdotal nas Dioceses Portuguesas", podemos ler esta definição: "Como comunidade eclesial, o Seminário é, basicamente, uma comunidade de pessoas que, professando a mesma fé, celebrando o mesmo culto, na experiência fraterna de um

mesmo amor, empenhados num mesmo objectivo, vivem o mistério de Cristo e são, no meio do mundo, sinal e instrumento de salvação".

Vale a pena sublinhar as quatro componentes que definem esta comunidade eclesial: a mesma fé, o mesmo culto, experiência de amor fraterno e objectivo comum. Tais componentes não podem ser impostas por juridismo exterior. Elas constituem o objecto duma descoberta vocacional e, assumidas interiormente, estruturam a liberdade dos filhos de Deus, que são também estes seminaristas. De resto, se nos impomos algumas regras a que procuramos ser fiéis, é sempre em nome dalgum destes quatro valores que definem a nossa comunidade e como forma consensual de os promover melhor.

Quer isto dizer que somos uma comunidade sem exigência? Haverá, porventura, exigência maior do que a que resulta da única regra que o Senhor nos deixou: "Sede perfeitos como o vosso Pai celestial é perfeito" (*Mt* 5,48)? Ao colocarmos diariamente diante dos nossos olhos semelhantes objectivos, pensamos que fazemos a maior de todas as exigências.

Mas não ficamos por aqui, porque temos também presente o número 121 das mesmas Normas que diz assim: *"O Seminário Maior está ao serviço de um projecto claramente definido: a progressiva formação da personalidade pastoral dos alunos, em ordem à sua configuração com Cristo, Cabeça da Igreja, Sacerdote, Mestre e Pastor, e ao fornecimento de dados objectivos que permitam avaliar da idoneidade dos que querem ser ordenados sacerdotes".* A propósito deste número ocorre-me uma expressão de um dos nossos seminaristas, neste momento já ordenado e a trabalhar pastoralmente na Diocese de Santarém. Dizia-nos ele, em reunião comunitária, que entendia que cada membro da comunidade se deveria sentir pastor dos demais membros. Esta é, com efeito, a pedagogia que procuramos adoptar, para a formação da personalidade pastoral de que fala o número citado. Procuramos que exista uma verdadeira partilha da responsabilidade formativa, e que cada membro, a partir do seu nível de responsabilidade, se sinta inteiramente responsável por tudo o que diz respeito à comunidade, como se fosse seu pastor. Damos mais importância a este nível de responsabilidade, do que àquele que se actua semanalmente nas actividades apostólicas que os seminaristas desenvolvem nas paróquias onde prestam colaboração.

O seminário maior é seminário pastoral sobretudo por causa desta orientação: ser uma comunidade onde cada um vive já uma existência de pastor do Povo de Deus. Semanalmente, dedicamos um dia à reflexão e vivência deste objectivo. É nesse dia que, quase sempre em diálogo, passamos em revista tudo o que respeita à comunidade, aprofundamos com o contributo de especialistas os aspectos mais importantes da formação da personalidade pastoral, celebramos de maneira mais participada os mistérios da nossa fé, e convivemos, também, de forma mais atenta e detida, uns com os outros, algumas vezes em estilo de serão que termina com um ágape.

Atingimos o ideal comunitário dos sumários do livro dos Actos dos Apóstolos (cf. *Act* 2.42-47)?. Direi com franqueza que não. Mas procuramos com uma clarividência e um discerni-

mento sempre maior perceber o ideal a que somos chamados e aproximar-nos sempre mais dele, tirando partido das próprias dificuldades, não poucas, que experimentamos. Na verdade, se é belo um projecto de vida em comum, ele constitui uma prova que exige tudo e nos expõe completamente, obrigando a uma permanente atitude de hospitalidade, que não se atinge sem um grande esforço de conversão.

P. Carlos Paes

POR UMA PASTORAL DAS VOCAÇÕES NA IGREJA

Como um "acontecimento do Espírito Santo" (1) na Igreja, realizou-se em Maio de 1981, em Roma (2), o **II Congresso Internacional da Pastoral das Vocações,** cujo "Documento de Trabalho" teve por base o contributo oferecido por mais de 700 dioceses, que enviaram os seus programas ou Planos de Acção Diocesanos para todas as vocações consagradas.

Preparado com a colaboração da Congregação para a Educação Católica, da Congregação para as Igrejas Orientais, da Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares e da Congregação para a Evangelização dos Povos, e realizado em conjunto com os Bispos de várias Dioceses e outros delegados, o Congresso, com mais de 250 participantes, encaminhou-se para a elaboração das Propostas Finais que resultaram, depois de examinadas e aprovadas pela Assembleia, no **Documento Conclusivo.**

Dirigidas a toda a Igreja, a todas as comunidades cristãs, as "indicações e as propostas contidas no **Documento Conclusivo**" devem tornar-se "objecto de reflexão atenta e de aplicação perspicaz de modo que delas resultem um incremento efectivo e uma eficácia maior na pastoral das vocações, em benefício de toda a Igreja" (3).

Trata-se, pois, de uma aposta nítida na Pastoral das Vocações, entendida num âmbito puramente eclesial, isto é, à luz da vocação e da missão de Cristo e da Igreja (4), à luz do seu Mistério.

1. As vocações numa Igreja que acolhe os desafios.

1.1. Situando-se numa abertura corajosa ao nosso tempo, a Igreja quer aceitar os desafios que o Mundo Novo lhe faz (5). É que ela entende-se como "Sacramento Universal de Salvação" (6), quer dizer, como a actualização do Plano salvífico de Deus no mundo e na história de cada tempo, para transformar a grande comunidade humana em comunidade dos filhos de Deus.

É aqui que o **Documento** começa por situar a questão das vocações, consciente da presença e da actuação do Espírito do Ressuscitado que não deixa de "chamar homens e mulheres para O seguirem, como servidores e testemunhas totalmente consagrados à causa do Evangelho" (7).

Vocação e Mistério da Salvação, que sempre se vai actualizando no mundo, aparecem, assim, em íntima conexão, não podendo entender-se uma sem a outra.

Atenta ao evoluir da história humana, sobretudo nos nossos dias, num mundo que pretende construir-se centrado em si mesmo, a Igreja sente a

questão das vocações como uma resposta sua ao desafio que o Mundo Novo hoje lhe faz, para lhe anunciar a Boa Nova que responde às inquietações e angústias do homem de hoje, uma vez que todos os caminhos da Igreja devem ser os caminhos dos homens (8).

1.2. Grande desafio para a Igreja do nosso tempo é, também, segundo o **Documento** (9), o problema da credibilidade que representa, para a maior parte dos jovens, a imagem que ela própria dá de si: *"Os jovens não acreditam porque não encontram sinais e testemunhos convincentes que possam estimulá-los a comprometer-se com a Igreja"* (10).

A credibilidade, como desafio, deve, lançar a Igreja numa pastoral das vocações que continuamente se renove, a partir de dentro (11). É que este desafio lançado à Igreja é tanto maior quanto maior é a confiança que a Igreja exprime nos seus jovens, para que estes a ajudem a revelar ao mundo o seu verdadeiro rosto, como seus membros privilegiados e responsáveis (12), já que estes apresentam os valores indispensáveis para responderem à vocação de construção de uma verdadeira civilização do amor (13), e já que eles serão os melhores evangelizadores dos próprios jovens. E mesmo os "jovens estudantes que se preparam para o presbiterado, os jovens e as jovens no caminho de formação religiosa e missionária (...) "são os primeiros e imediatos apóstolos" e as testemunhas da vocação entre os outros jovens" (14).

1.3. Mas, para a Igreja, o grande desafio, gerado pelos desafios que lhe são feitos, equivale, segundo a perspectiva do **Documento**, a aceitar compreender-se e assumir-se a si própria, como resposta para os homens do nosso tempo, como Mistério (=Sacramento), e só a esta luz entender as vocações e uma Pastoral vocacional, uma vez que "a pastoral das vocações nasce do mistério da Igreja e põe-se ao seu serviço" (15), "acolhendo as inspirações que nascem da fé e os 'sinais' que provêm do homem"(16).

Tornar-se-á, assim, impensável uma pastoral das vocações feita, por um lado, à margem da realidade que a Igreja é — Sacramento Universal de Salvação sempre em perspectiva ministerial — da sua vida própria (17), e, por outro, desinserida da problemática do mundo actual, que desafia a Igreja, para que ela evangelize como 'luz' e como 'sal' (18).

É, pois, à luz da vocação da Igreja que nasce e se desenvolve toda a pastoral das vocações para que esta, por sua vez, se coloque ao serviço desta Comunhão Única que é a Igreja, Corpo de Cristo, com todos os seus "dons hierárquicos e carismáticos" (19).

2. Uma Igreja em duplo movimento: vocação e missão.

2.1. Partindo da afirmação de que "é o Pai", no seu desígnio de amor, "quem chama e envia", e de que, "na plenitude dos tempos", "é o Senhor Jesus", quem "leva a cumprimento o desígnio do Pai" constituindo "a sua Igreja, a comunidade universal dos chamados", para tornar o Reino de Deus já presente na terra, aberta a todas as gentes" (20), o **Documento** pretende encarar "cada vocação" em íntima conexão com o "desígnio do Pai,

com a missão do Filho, com a obra do Espírito Santo" que é dado a todos os que acreditam em Jesus Ressuscitado e que os constitui em Igreja. Assim, "cada vocação é iluminada e fortalecida à luz do mistério da Igreja e do mistério de Deus" (21).

A Igreja toda é convidada a entrar num duplo movimento: ela "é chamada e enviada ao mundo para continuar a missão de Jesus com a força do Espírito" (22). Nenhum membro da Igreja, em virtude do sacerdócio comum do Povo de Deus, escapa a este duplo movimento.

2.2. O facto, porém, de ser a comunhão do Corpo de Cristo, leva a que surjam, na Igreja, diversos ministérios, todos ao serviço da comunidade. São os ministérios ordenados, para que se garanta o anúncio da Palavra de Deus, a celebração da Liturgia, o serviço da caridade (23).

Mas surge também a consagração religiosa, nas suas diversas formas, graças à "extraordinária riqueza do carisma do Espírito", "para bem de todo o Corpo de Cristo" (24).

Surgem, ainda, os Institutos Seculares, para que a presença da Igreja no mundo, empenhada nos valores seculares, seja uma realidade, vivendo, aí, o Evangelho de uma forma radical (25).

E há, também, as vocações missionárias, a partir da natureza íntima da própria Igreja, ela já de si em constante condição missionária, a partir do envio de Jesus Cristo dos seus discípulos: "Ide e ensinai todos os povos..." (26). "As vocações missionárias 'ad gentes' são vocações particularmente consagradas à fundação e ao crescimento de novas comunidades crentes". É a própria Igreja que as envia (27).

2.3. Todas as vocações, sejam elas ministeriais, de vida consagrada ou missionária, surgem na Igreja porque ela é mãe. Ela própria, "chamada por Deus, constituída no mundo como comunidade de chamados", é "instrumento do chamamento de Deus" (28). Ela é um "apelo vivo". Por isso, "por meio do anúncio do Evangelho (missão 'ad extra' e 'ad intra'), da celebração da Eucaristia e dos outros sacramentos, da oração e do serviço da caridade", ela "manifesta a sua maternidade fecunda" (29). Não é nela e para ela que são gerados os "novos filhos"? Assim também são geradas as vocações, pois o Espírito do Ressuscitado as gera, as vivifica, faz crescer, consagra e envia os que são "chamados".

2.4. Na vida da Igreja particular, sempre em estado de vocação e de missão (30), manifestação visível da Igreja de Cristo que é una e universal, a vocação deve ser acolhida como um dom de Deus, livremente oferecida ao homem"; mas deve também nascer a partir de uma atitude profunda de oração, como "escuta da Palavra de Deus", para que se realize em cada membro da comunidade cristã o Plano salvador de Deus em favor dos homens (31).

"Cada um dos chamados", diz o Documento, "deve manter-se em relação viva com o Pai", numa abertura total ao seu desígnio salvador (32), com o Filho, para se identificar com Ele na sua missão, e com o Espírito Santo, para dele receber todos os dons de serviço e de consagração, para se deixar conduzir por Ele, na missão que lhe é confiada (33).

Assim sendo, seguiremos o exemplo de Maria, Mãe de Jesus, ao participar no Mistério de Salvação com o seu

consagração ministerial ou missionária, quer para a evangelização quer para uma proposta vocacional clara, pelo testemunho de vida; eles não deixarão de fazer sentir um convite autêntico. Os próprios Seminários e Institutos de formação, "enquanto comunidades vivas na Igreja particular" devem, pela irradiação própria de seu modo de vida, contribuir para uma evangelização e para uma promoção vocacional (66).

Cabe ainda à Família, "Igreja Doméstica", pela participação na vida e missão da Igreja" (67), e enquanto comunidade de vida, de fé e de amor, ou seja, enquanto "comunidade crente e evangelizante", o papel de ser o lugar normal de germinação, de discernimento e de opção em ordem à vocação, mesmo no que se refere à vida ministerial ou à vida consagrada ou missionária (68).

3.4. É nítida, no **Documento**, a aposta feita no mundo juvenil, no que se refere à pastoral vocacional. Quer dizer: na complementaridade entre esta e a Pastoral Juvenil, a Pastoral de jovens torna-se, por assim dizer, o "espaço vital" da pastoral específica das vocações (69). E porquê? Precisamente porque a própria Pastoral Juvenil só se completa e resulta eficaz quando se abre à dimensão vocacional. Tal exige "uma formação gradual e sólida dos jovens no que se refere à 'vida de fé', a partir da Palavra de Deus acolhida, rezada e operante na vida, da participação na vida litúrgica da Igreja, no que se refere à "compreensão da identidade e missão da Igreja enquanto comunidade de serviço do "desígnio divino de salvação", e ainda no que se refere também à descoberta da "vocação e missão pessoal" e aos "sinais dos tempos" (70).

E, se a comunidade cristã é o lugar normal do germinar das vocações, ela é também o lugar por excelência do itinerário vocacional (71). Neste contexto, a pastoral vocacional consistirá, essencialmente, em "iniciar a participar, de modo concreto e activo, na vida e missão da Igreja particular", onde "os jovens aprendem a construir uma comunidade viva, a ouvir a Palavra de Deus, a dar catequese, a rezar, a servir, ao mesmo tempo, a Igreja e a humanidade" (72). Em relação aos outros jovens, os próprios jovens da comunidade "devem tornar-se os primeiros e imediatos apóstolos" (73), estendendo, porém, o seu agir para outros que tenham deles necessidade: "os pobres, os idosos, os marginalizados, os abandonados" (74).

Na comunidade em que vivem e trabalham, os "jovens descobrem a realidade em que vivem, e os ministérios e serviços de que a comunidade necessita (75).

Embora sem uma finalidade específica em ordem às vocações consagradas, também às associações, aos grupos e movimentos juvenis e, sobretudo, à Escola Católica, o **Documento** reconhece um papel fundamental e determinante na manifestação ou na orientação vocacional dos jovens (76).

A todos os jovens das comunidades particulares a Igreja convida a alargarem os seus horizontes (77), em ordem "às grandes massas de homens que ainda não conhecem a luz do Evangelho e vivem em graves condições de injustiça e de miséria, especialmente nos Países do Terceiro Mundo" (78). Aí participarão, de um modo concreto, na missão universal da Igreja.

Esta insistência no mundo juvenil não significa, porém, esquecimento das

vocações de adultos (79), como por exemplo, a vocação para o Diaconado Permanente. Para esta questão já o Concílio convidava os responsáveis a dedicar-lhe a atenção necessária, para que seja possível uma maior abertura e uma dedicação apostólica numa vida de consagração e de serviço, mesmo na idade adulta (80).

3.5. Igreja e 'acompanhamento' são duas facetas de uma mesma realidade — a pastoral vocacional — em que 'itinerário vocacional' e 'pedagogia utilizada' devem caminhar passo a passo (81), uma vez que a vocação à vida consagrada não é uma questão meramente individual mas diz respeito a toda a Igreja (82).

Assim, se encararmos as várias etapas, desde o seu ponto de partida, ao nível da comunidade cristã sensibilizada pela Palavra de Deus, pelos sacramentos, pela oração e pelo empenhamento apostólico; passando pela segunda etapa, a da proposta directa, a do apelo pessoal, particularmente aos jovens; percorrendo também a terceira etapa, a do acompanhamento espiritual, de grupos de apostolado, vocacionais e de convivência; e, finalmente, a etapa da decisão livre e motivada, em que aquele que se sente chamado recorre aos Institutos de formação, Seminários Maiores, Noviciados, Institutos de preparação missionária, dar-nos-emos conta da constante presença mediadora da Igreja no 'acompanhamento' de uma vocação. É que "vocação nasce na Igreja, desenvolve-se na Igreja, e é amparada na Igreja durante toda a sua evolução" (83).

O **Documento** aponta para o 'acompanhamento' como forma de 'discernimento' (84), como um "serviço de escuta, de misericórdia e de esperança" (85), "que encontra a sua fonte na contemplação dos mistérios de Deus e da Igreja" (86). Tal acompanhamento pode realizar-se individualmente ou em grupo, grupo esse onde se trocam experiências de fé e de apostolado, de reflexão referida à orientação da vida, de aprofundamento da vocação para a vida consagrada (87). Também no grupo é possível o percurso de um itinerário, de descoberta em descoberta, tendo sempre em conta a vida da Igreja, o valor da vocação para os ministérios ordenados e para outras formas de vida consagrada, o valor da oração, da meditação, da vida comunitária, do compromisso apostólico e da direcção espiritual. Deste itinerário fazem parte os contactos com as famílias, com as comunidades paroquiais onde se está inserido e onde se serve, com os Seminários, seminaristas, Noviciados e noviços, Institutos de formação missionária e seus aspirantes, com os Institutos Seculares e os que se orientam para eles (88).

Às comunidades ou centros de orientação vocacional, bem como aos Seminários Menores e Vocacionais é dado, pelo **Documento,** o relevo devido, como mediações de 'acompanhamento', 'acolhimento' e 'discernimento' de verdadeiras vocações (89) para o serviço do Reino de Deus.

Tal 'acompanhamento', de que se fala largamente no **Documento,** não está livre de dificuldades (90): "o escasso número de pessoas" que a ele se possam dedicar, o "desânimo perante tentativas falhadas" — que dependeram de "pessoas que talvez tenham instituído convivências bem organizadas, mas não comunidades vivas de jovens, que respiram a mensagem libertadora do

Evangelho" (91) – "atitudes negativas de jovens que têm medo de ser manipulados, aprisionados, privados da sua liberdade".

Mas o **Documento,** que chama ao 'acompanhamento' uma "experiência pascal" (92), tem a coragem de propor os traços caracterizantes da figura do Responsável por esse serviço eclesial (93): "uma pessoa livre de preconceitos, capaz de ouvir a história pessoal dos jovens de hoje"; uma pessoa ao serviço da misericórdia"; "uma pessoa capaz de dar resposta, não segundo a prudência humana, mas segundo o projecto de Deus"; "uma pessoa de contemplação", atenta aos caminhos de Deus na vida; "uma pessoa atenta à solidez de formação"; "uma pessoa capaz de testemunhar uma paciência cheia de esperança, na caridade e na alegria de uma profunda confiança na Graça do Senhor" (94).

Para o futuro, são apresentadas algumas indicações (95): indica-se a "necessidade de criar um clima de amizade e de confiança, que facilite o diálogo e a procura"; a necessidade insubstituível de os 'acompanhadores' serem pessoas de fé, que falem com o testemunho; a necessidade de uma "colaboração fraterna entre sacerdotes diocesanos, religiosos, religiosas, na obra de "acompanhamento" vocacional; a necessidade, enfim, de preparação específica dos 'acompanhadores', mormente os directores espirituais.

3.6. Para que a pastoral das vocações, realizada nas várias Igrejas particulares, seja unitária, constante e eficaz, torna-se necessária a criação de organismos e estruturas que se ponham ao seu serviço. Assim se compreende a necessidade da "presença operante" do Centro Diocesano das Vocações (96) que, não se tratando de mais um organismo, burocrático, mas pretendendo apenas inserir a pastoral das vocações na pastoral geral e nas instituições locais ao serviço da comunhão, tem por objectivo ajudar e coordenar a animação vocacional que "deve realizar-se na Diocese e em cada paróquia", "sem que todavia ela substitua a actividade da comunidade paroquial, que é o centro primário de animação de todas as vocações (97); é o centro convergente de agentes de pastoral vocacional em união de esforços e respeito pela diversidade de carismas (98); estendendo a sua actividade a todas as vocações consagradas (99), "mantém os contactos necessários com as diferentes iniciativas de acompanhamento e os Institutos de formação presbiteral, diaconal, religiosa, missionária, existentes na Igreja local (100).

Outra mediação estrutural da pastoral das vocações é o Centro Nacional das Vocações (101), como "lugar ordinário de comunhão da pastoral vocacional" (102), como um instrumento idóneo de estudo programático, coordenador e animador da pastoral unitária a favor das vocações consagradas (103). Este serviço propõe-se: fazer as "propostas das linhas de pastoral vocacional, segundo os programas das Conferências Episcopais e as directrizes do Magistério Universal" (104); promover Centros Diocesanos Unitários; ajudar na formação dos Responsáveis e preparar subsídios pastorais de utilidade comum; colaborar com outros organismos nacionais, movimentos, associações que tenham finalidade apostólica, educativa, espiritual; ser lugar de encontro, de diálogo, de comunhão com os Centros Diocesanos (105).

Requere-se, pois, que a coordenação dos Centros Diocesanos e Nacionais das Vocações e, "eventualmente, os Centros Regionais e outras ramificações ao nível paroquial", conduza a um convergir de forças (106), juntamente com a colaboração do clero diocesano, religiosos e religiosas, missionários, Institutos Seculares, para que saiam programas "cuidadosamente estudados e realizados em conjunto com caridade e zelo apostólico" em ordem a "difundir uma forte inspiração de fé", "alimentar a espiritualidade e a oração, enxertar a animação vocacional na pastoral da comunidade paroquial", "despertar as comunidades", preparar responsáveis" (107).

Contudo, o **Documento** tem em conta a existência de Igrejas particulares, onde não só a pobreza de meios é uma realidade como também dificuldades de outra ordem vão surgindo, tais como a perseguição, a liberdade condicionada, o estado de diáspora, a diminuição do número de presbíteros, Igrejas essas em favor das quais outras Igrejas devem manifestar uma solicitude muito grande, num testemunho justo de caridade eclesial (108). Apesar da pobreza de meios, a riqueza da Palavra de Deus, da Eucaristia, da oração, do empenhamento de conversão, do testemunho de fé, serão a fonte imprescindível e fecunda da manifestação do chamamento, como Dom de Deus na Igreja (109) para o anúncio do Evangelho, para o serviço do Reino de Deus.

NOTAS

(1) Assim o assinala o **Documento Conclusivo** do "II Congresso Internacional da Pastoral das Vocações", n. 62.

(2) O projecto fora já encorajado e o tema geral aprovado por Paulo VI e por João Paulo II.

(3) Carta do Cardeal Casaroli, em nome de João Paulo II, n. 84. 906 de 29 de Março de 1982.

(4) Cf. **Documento Conclusivo,** nn. 6-16.

(5) Cf. n. 2.

(6) Cf. ibid.; **Lumen Gentium** 48.

(7) Cf. n. 2.

(8) Cf. n. 3; **Redemptor Hominis** 14.

(9) Cf. n. 4.

(10) Ibid.

(11) Cf. n. 5.

(12) Cf. n.4.

(13) Cf. Ibid.; Cf. Mensagem do João Paulo II aos jovens de vários Países que visitou; cf. também III Assembleia Geral do Episcopado Latino Americano em Puebla: "Opção preferencial pelos jovens" (Actas IV, 2).

(14) N. 41; Cf. **Apostolicam Actuositatem** 12.

(15) N. 5.

(16) Ibid.

(17) A afirmação central: "A vida gera a vida" sintetiza a intuição fundamental do **Documento** (n. 18); cf. também **Optatam Totius** 2.

(18) Cf. **Documento** n. 8.

(19) Cf. n. 5.

(20) Cf. n. 7.

(21) Ibid. ; cf LG 2-4; **Dei Verbum** 2-4; **Ad Gentes** 2-4.

(22) N. 8.

(23) Cf. n. 9.

(24) Cf. n. 10; LG 43; cf. **Perfectae Caritatis** 1.

(25) Cf. n. 11.
(26) Cf. n. 12; Mt 28, 19s.
(27) Cf. n. 12.
(28) Cf. n. 13.
(29) Ibid.
(30) Cf. n. 15.
(31) Cf. n. 14.
(32) Cf. n. 16.
(33) Cf. ibid.
(34) Cf. n. 17.
(35) N. 2.
(36) Cf. nn. 18ss.
(37) Cf. n. 6.
(38) N. 18.
(39) Ibid.
(40) Ibid.
(41) Cf. n. 19.
(42) Cf. n. 20.
(43) Cf. n. 21.
(44) Cf. ibid.
(45) Cf. ibid.
(46) Cf. ibid.
(47) Cf. n. 23.
(48) Cf. n. 25.
(49) Cf. ibid.
(50) Cf. todo o n. 24.
(51) Cf. n. 26.
(52) Cf. n. 27.
(53) Cf. n. 29; **Christus Dominus** 15; LG 24-27.
(54) Cf. **Documento** n. 29.
(55) Cf. n. 30.
(56) Ibid.
(57) Cf. n. 32.
(58) Ibid.
(59) Cf. n. 33.
(60) Cf. nn. 34-36.38.40.
(61) Cf. n. 37.
(62) N. 40; **Sacrosanctum Concilium** 42.
(63) N. 40; **Apostolicam Actuositatem** 10.
(64) N. 40; **Christus Dominus** 30.
(65) Cf. **Documento Conclusivo** n. 40.
(66) Cf. n. 41.
(67) Cf. n. 39.
(68) Cf. ibid.
(69) Cf. n. 42.
(70) Cf. ibid.
(71) Cf. n. 43.
(72) Ibid.
(73) Ibid.; **Apostolicam Actuositatem** 12.
(74) Ibid.
(75) Ibid.
(76) Cf. nn. 44-45.
(77) Cf. n. 46.
(78) Ibid.
(79) Cf. n. 47.
(80) Cf. Ibid.; cf. **Optatam Totius** 3; **Presbiterorum Ordinis** 11.
(81) Cf. nn. 48-56. do **Documento.**
(82) Cf. n. 49.
(83) Cf. ibid.
(84) Cf. ibid.
(85) Cf. n. 50.
(86) Ibid.
(87) Cf. n. 51.
(88) Cf. ibid.
(89) Cf. nn. 52-53.
(90) Cf. n. 54.
(91) Ibid.
(92) Ibid.
(93) Cf. n. 55.
(94) Cf. ibid.
(95) Cf. n. 56.
(96) Cf. n. 57.
(97) Cf. ibid.; cf. também **Optatam Totius** 2 e **Presbiterorum Ordinis** 11; cf. **Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis** 8-10.
(98) Cf. ibid.
(99) Cf. ibid.
(100) Cf. ibid.
(101) Cf. n. 58.
(102) Ibid.
(103) Cf. ibid.
(104) Cf. ibid.
(105) Cf. ibid.
(106) Cf. n. 59.
(107) Cf. ibid.
(108) Cf. n. 61.
(109) Cf. ibid.

P.N.

SENTIDO DA IGREJA NO DISCERNIMENTO SACERDOTAL LEITURA DO DIÁLOGO SOBRE O SACERDÓCIO DE S. JOÃO CRISÓSTOMO

O Cardeal Henri de Lubac, no final do seu artigo "Le Dialogue sur le Sacerdoce de saint Jean Chrysostome", desafia-nos a descobrir pessoalmente "tant d'autres pages, pleines de saveur" (1). E o seu justificado convite pode levar-nos a penetrar apaixonadamente nesta obra clássica, lida por tantas gerações, cada uma com o seu olhar mas que não esgotaram o seu encanto. Ainda hoje nos surpreende e parece-nos uma boa porta de entrada para admirar o "Boca de Ouro", porque não dizer, para vislumbrar o insondável tesouro da época clássica da idade patrística.

Alguns autores ajudaram-nos a imaginar o horizonte (2) onde tão intensamente se desenvolvia a vida cristã. O próprio João Crisóstomo, na sua linguagem patética, se insinua com a vocação atlética do apóstolo (3) para responder a um dom numa Igreja mais agitada do que as vagas de Euripo (4).

Para compreender o "Diálogo sobre o Sacerdócio", devemos situar João Crisóstomo na segunda metade do Século IV, em Antioquia, e enquadrar a sua formação pessoal e familiar.

Órfão dum general do exército romano do Oriente, desde criança ficou entregue aos heróicos cuidados da mãe, Antusa, que primorosamente lhe moldou a sensibilidade, toda feita de ternura.

Pelo alto senso pedagógico desta jovem viúva, corajosa e prudente, frequentou a escola de Libânio, que o educou para a arte da eloquência. Nela aprendeu a dominar, com mestria singular, a cultura clássica que vai pôr ao serviço de convicções cristãs já bebidas com o leite materno. Se o itinerário pessoal de Crisóstomo maturou no quadro duma cidade cosmopolita, porta de entrada no Oriente, e dentro duma escola teológica de pendor objectivo, como era a de Antioquia, passando pela experiência do deserto, é mister evidenciar a presença de Antusa que nos antecipa santa Mónica junto de seu filho Agostinho.

Dos livros que compulsámos, agrada-nos sobremaneira a recente edição de Mademoiselle Anne-Marie Malingrey, *Jean Chrysostome, sur le sacerdoce* (5). Na sua introdução, ajuda-nos a situar o género literário de diálogo que o aproxima de Platão, faz o inventário do possível amigo Basílio e ilumina-nos a apologia da fuga, que, se outros exemplos a antecederam, manifesta prova da estima em que era tido o sacerdócio.

O "Diálogo sobre o sacerdócio" reflete densidade de drama pessoal, da consciência religiosa, a que corresponde a estrutura linguística do género dramático: o "tu" dos amigos, mutua-

mente interpelados, atinge-nos com a sua beleza e profundidade e faz-nos participar numa resposta a ser dada por cada um, no quadro da Igreja local e universal. Eis o que confirma a sua dimensão clássica.

Mademoiselle Malingrey propõe um plano de leitura para os seis *logoi*, divisão que data do período bizantino e que não se pode considerar satisfatória com a progressão do pensamento (6).

I Parte

Cap. 1-7 Amizade de João e Basílio. Narração dos factos que deram origem ao diálogo. Reparos de Basílio e defesa de João.

II Parte

Cap. 1-4 Exposição geral sobre o sacerdócio, prova de amor da parte de Cristo. Dificuldades e perigos deste cargo.

5-8 Retorno ao caso preciso de João.

III Parte

Cap. 1- 3 Refutação das acusações.

4- 6 Exposição geral sobre o sacerdócio, temível ministério e dom do Espírito.

7 Exemplo de Paulo.

8-11 O Sacerdócio exposto a cometer muitas faltas.

12-13 Sobre a protecção das virgens e das viúvas.

14 Sobre o exercício da justiça.

IV Parte

Cap. 1 Perigo das eleições sacerdotais mesmo para aqueles que são ordenados à força.

2 Retorno ao caso preciso de João. Não quer ser punido por ter aceite.

3-9 Importância para o sacerdote de saber falar bem; luta contra os heréticos; exemplo de Paulo.

V Parte

Cap. 1-8 O sacerdote deve preparar-se para falar em público e refutar a opinião dos outros.

VI Parte

Cap. 1 O sacerdote é responsável também pelas faltas cometidas pelos outros.

2-3 A vida do sacerdote e a do monge.

4-5 O sacerdote responsável pelo mundo inteiro.

6-9 Ascese diferente para os sacerdotes e para os monges.

10 Retorno ao caso preciso de João.

11 Castigos que teriam atraído a sua aceitação.

12 A sua angústia diante a espera do sacerdócio.

13 Diálogo final''. (6)

— Deixando grandes ''painéis'' que nos prendem sobre a amizade, o significado da astúcia, o peso da sensibilidade da mãe, as diversas funções sacerdotais, explicadas através da experiência pessoal de Crisóstomo que evidencia profunda dimensão espiritual;

— deixando a análise da beleza das analogias da vida quotidiana que revelam o universo cultural do tempo;

— deixando a refutação cerrada

com que todos os argumentos são combatidos,

escolhemos, como ponto de abordagem, o significado do sacerdócio em relação à Igreja de Cristo e a seriedade que implica a resposta a este dom.

A iniciativa visível do sacerdócio é de Cristo e o dom é do Espírito (7) mas articula-se com o amor do Pai que não poupou o seu Filho, mas deu-nos "o único que possuia" (8). E João Crisóstomo explica que a pergunta a Pedro de Cristo "se o ama" não tem como finalidade medir, exemplarmente, o amor do "corifeu dos apóstolos" (9), mas sim ensinar-nos o Seu amor pela Igreja: "Quanto amava este rebanho adquirido não a qualquer preço de dinheiro ou outro meio mas pelo seu próprio sangue (10). Por isso, o diálogo com Pedro revela a preocupação de Cristo pela vigilância destas ovelhas por quem deu a vida.

Escreverá Crisóstomo que Jesus não disse para se fazerem jejuns, dormir por terra prolongadas vigílias, defender os oprimidos, ser para os órfãos um pai, servir de protector à sua mãe, mas na realidade, "apascenta as minhas ovelhas" (11).

Ora João vai unir no mesmo amor, Cristo e a Igreja: "O Senhor disse que o zelo testemunhado às suas ovelhas era uma prova de amor que se tem para Ele" (12).

O sacerdócio é uma prova de amor por Cristo e portanto pela sua Igreja. Por isso, desde o início ao fim da obra, o nosso autor deixa transparecer este arreigado amor à Igreja de Cristo, em boa memória paulina. Ele, que se considerava indigno, explica a razão da astúcia com que abandonara o amigo: "por causa do prejuízo que causaria a toda a comunidade da Igreja, se em razão da minha própria fraqueza privasse o rebanho de Cristo, dum jovem tão apto para o governo do povo (13).

Ora o sacerdócio é o maior dos serviços porque se trata de estar à cabeça da Igreja. Se se considera inapto para este serviço, João Crisóstomo descreve-o nas mais diversas situações e funções, como diaconia da Igreja que implica qualidades.

E João vai multiplicar os exemplos de bom sabor eclesial. Nos perigos contra a unidade, na ameaça da heresia, escreve o nosso autor:

"... Para ligar à Igreja os membros separados tem (o sacerdote) muitos cuidados, que cada um poderá perceber. Com efeito, o pastor tem um rebanho que o segue para onde o conduz; se uma ovelha vem a desviar-se do caminho recto e, desprezando a boa pastagem, se apascenta em solos magros e escarpados, basta que se grite um pouco forte para que volte e se junte a fugitiva ao rebanho. Mas se um homem se afasta da fé verdadeira, é preciso ao pastor muita habilidade, energia e paciência; porque este não pode puxar à força, nem constranger com o medo, mas é preciso, pela persuasão, reconduzi-la à verdade que abandonara. É preciso portanto uma alma nobre, para não se desencorajar, para não desesperar da salvação daqueles que se afastam, para sonhar insessantemente e repetir: Possa dar-lhe um dia o conhecimento da verdade, e de se libertar das redes do diabo" (14).

Em síntese, dirá que "o benefício da arte pastoral estende-se a todo o povo" (15).

O sacerdote reconcilia com Deus e é "de maneira especial encarregado de aformosear a Esposa de Cristo" (16).

João, (nunca repetimos suficientemente a qualidade das suas imagens) insiste, em boa sensibilidade grega, sobre o tema da beleza da Igreja, Corpo de Cristo:

"O assunto sobre o qual reflectimos não diz respeito à maneira de gerir bens como o trigo ou a cevada, nem outras coisas do mesmo género, mas sim do próprio Corpo de Jesus. Com efeito, segundo o bem aventurado Paulo, a Igreja de Cristo, é o Corpo de Cristo e é preciso que aquele a quem se confia, se esforce por guardá-lo em perfeito estado, por contribuir para a sua beleza inegável, velando sobre todos os aspectos para que nem a mancha, nem a ruga, nem outro defeito, suje esta juventude e esta beleza. E que outro cuidado se teria se não torná-la digna, quanto permita a natureza humana, da cabeça que a domina, esta cabeça incorruptível e feliz" (17).

Recordando mais uma vez S. Paulo, acrescenta Crisóstomo:

"...Aqueles que estão à cabeça da comunidade regulam a vida da virgem pura que se uniu a Cristo, a afeiçoam, a conduzem à beleza espiritual; graças a eles, afastam as doenças que a ameaçam e protegem a sua boa saúde reencontrada" (18).

Com o amor e o sentido da beleza da Igreja de Cristo coexiste em João a consciência viva e complexa dos perigos que a ameaçam. Compara-a a um navio em mar alteroso e, ainda por cima, cheio de piratas:" ...A Igreja, tendo acolhido, quando o tempo era calmo, homens que querem a sua perda, sofre sem cessar o furacão e muitos naufrágios.

Sonha que personalidade deve ter aquele que será conduzido a opor-se a uma tal tempestade e a tratar como convém tantos obstáculos que se opõem ao bem da comunidade. É preciso que seja nobre e simples, severo e bom, se conduza como um chefe e tenha o trato fácil, seja incorruptível e delicado, humilde sem servilismo, enérgico e suave para poder lutar eficazmente contra todos estes perigos; é preciso; com muita liberdade, mesmo se todos se opõem, fazer chegar aos cargos aquele que é capaz e, com a mesma liberdade, não admitir o que não o é, mesmo se todos estão de acordo, mas não ter em vista se não uma coisa: a edificação da Igreja..." (19).

Eis uma página simbólica da longa reflexão do "De sacerdotio" a que podíamos juntar ao tema sobre o discernimento dos candidatos para o ministério sacerdotal.

Mademoiselle Malingrey fornece-nos as etapas para a eleição sacerdotal (20):

"1. Inquérito sobre tudo o que se refere ao candidato.

2. Expressão da opinião pública.

3. Apresentação e inscrição sobre a lista dos candidatos.

4. Votação pela ocasião da qual se fomentam muitas intrigas.

5. Imposição das mãos."

João Crisóstomo avisa repetidas vezes: "Donde pensas tu, diz-me, que provêm tão grandes perturbações nas Igrejas? Não têem outra origem, na minha opinião, senão na escolha dos chefes e sua designação, que se fazem à ligeira e não importa como. Com efeito, quando a cabeça deveria ser muito sólida para poder dominar os vapores nefastos que sobem de todo o resto do corpo e contê-los, enquanto se encontra fraca ela própria, não podendo

afastar os assaltos que a tornam doente, ela torna-se mais fraca ainda do que o era e causa a perda de todo o resto do corpo" (21).

Assim se compreende esta bela página:

"Aquele que vai apresentar o candidato apto para o sacerdócio não deve contentar-se com a opinião pública, mas deve examiná-lo sobre tudo, e antes de tudo sobre o que lhe diz respeito. Com efeito, logo que, o bem-aventurado Paulo diz: 'é preciso que aqueles de fora dêem dele um bom testemunho' não suprime um inquérito minucioso e aprofundado e não o dá como implicado no inquérito precedente; porque depois de ter longamente falado anteriormente, acrescenta, em último lugar, que não basta contentar-se com tais escolhas, mas que depois de outros elementos do inquérito é preciso tomá-las também em consideração. Porque acontece muitas vezes que a fama pública é mentirosa; mas logo que um exame aprofundado teve lugar, não há perigo em considerar esta fama" (22).

O nosso autor dá a entender que o verdadeiro exame deve ser sobre a caridade perfeita, porque assim serão conhecidos como discípulos de Cristo, se forem capazes de dar a vida (23).

A seriedade da escolha, da resposta e da preparação, já o notámos, deve sê-lo por causa do Corpo de Jesus que é a Igreja (24). "Aquele que deve sustentar o combate contra todos deve conhecer todas as tácticas; deve ser ao mesmo tempo archeiro e fundeiro, comandante de um corpo de exército e duma pequena unidade, soldado e estratega, soldado de infantaria e cavaleiro, marinheiro e defensor das muralhas (25).

Acolhemos o sábio convite do Cardeal De Lubac e entendemos deliciosamente a correspondência de Germain de Brie com Erasmo (26). Muitas páginas do "Diálogo sobre o sacerdócio" devem ser saboreadas. Basta-nos terminar com uma espécie de sumários que íamos encontrando na leitura de S. João Crisóstomo:

1. Não ser indigno deste dom e de Deus que no-lo concedeu;
2. Perceber que todas as coisas só têm uma finalidade: o serviço de Deus e a edificação da Igreja;
3. Felizes os que podem assumir como convém o serviço da cabeça da Igreja (27).

NOTAS

(1) LUBAC, HENRY DE, *Le Dialogue sur le sacerdoce de Saint Jean Chrysostome,* in *Nouvelle Revue Theologique,* 110 (1978) 822-831.

(2) CARVALHO, JOSÉ AFONSO SANCHES DE, *S. João Crisóstomo, o Boca de Ouro,* Lisboa, Gráfica, 1960?; RUIZ BUENO, DANIEL, *Obra de San Juan Crisóstomo,* BAC, Madrid. 1958.

(3) MALINGREY, ANNE-MARIE, *Jean Chrysostome, Sur le Sacerdoce, (Dialoque et Homélie),* Sources Chrétiennes 272,

Du Cerf, Paris, 1980, IV, 6, 267 (Citamos D.).

(4) D. III, 11, 193.

(5) D. 1-24.

(6) Malingrey, estudiosa de longa data de S. João Crisóstomo, como nos indicam Sources Chrétiennes e o aparato crítico desta sua recente obra, revela-se como autorizada especialista, na compreensão bíblica e clássica que a acreditam. D. 14.

(7) D. III, 4, 143 — "Foi o Paráclito que instituiu esta ordem".

(8) D. II, 1, 103.

(9) D. II, 1, 101.

(10) D. II, 1, 103; cf. 1 Cor. 6, 20 e 7, 23.

(11) D. II, 1 105; cf. Jo. 21, 17.

(12) D. II, 4, 119.

(13) D. I, 3, 75; cf. Jo. 10, 11-12; Is. 40, 11; Sal 22, 1.

(14) D. II, 4, 117.

(15) D. II, 4, 123.

(16) D. III, 6, 157.

(17) D. IV, 2, 247.

(18) D. IV, 7, 275.

(19) D. III, 11, 199.

(20) D. 74, n. 2.

(21) D. III, 10, 167.

(22) D. II, 5, 123.

(23) Cf. Jo. 13, 35 e 15, 13.

(24) n. 17.

(25) D. IV, 4, 253.

(26) *Nouvelle Revue Theologique,* 110 (1978) 822, 831.

(27) D. IV, 1, 230; VI, 4 321; Vi, 7, 327.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, J. A. SANCHES DE, *S. João Crisóstomo, o Boca de Ouro,* Gráfica, Lisboa, 1960?

HAMMAN, *Guide pratique des Pères de l'Église,* Desclée de Brouwer, 1967.

MALINGREY, ANNE-MARIE, *Jean Chysostome, Sur le Sacerdoce,* (Dialogue et Homélie) Sources Chrétiennes 272, Du Cerf, Paris 1980.

RUIZ BUENO, DANIEL, *Obras de San Juan Crisóstomo,* BAC, Madrid, 1958.

LUBAC, HENRY DE, *Le Dialogue sur le Sacerdoce de Saint Jean Chrysostome,* in *Nouvelle Revue Theologique,* 110 (1978) 822-831.

NOTAS DE CULTURA PORTUGUESA
A CRUZADA DA ALCÁCER

Vimos na última destas notas como, atendendo à bula *"Manifestis probatum est,"* enviada pelo Papa Alexandre III em 23 de Maio de 1179 a D. Afonso Henriques, a independência portuguesa se configurava como a concessão dum benefício (Portugal) ao nosso primeiro rei e aos seus sucessores, para que continuassem a libertar o ocidente peninsular do jugo sarraceno. Esta ideia vai-se precisar depois, e de tal modo, que a reconquista portuguesa aparecerá como autêntica cruzada, estrictamente falando.

Desde o fim do século XI, os cavaleiros cristãos da Europa eram exortados a tomar a cruz, simbolicamente desenhada no vestuário, e a seguirem para a Palestina, afim de reconquistarem os Lugares Santos. Eram as Cruzadas, largo movimento e de sorte vária, ao mesmo tempo peregrinação expiatória e expedição militar, que se desenrolou até ao fim do século XIII na sua fase mais característica. Os que partiam iam lutar para retomarem os Lugares Santos da Palestina; mas, ao mesmo tempo, remiam nessa perigosíssima peregrinação, as penas dos seus pecados: era a indulgência da cruzada. O conjunto destes dois elementos é que tipifica inconfundivelmente o movimento. E é o que acontecerá com a reconquista portuguesa.

Diga-se primeiro que os Papas Clemente III, em 7 de Maio de 1190, Inocêncio III, em 16 de Abril de 1212, e Honório III, em 12 de Janeiro de 1218, confirmaram aos sucessivos reis portugueses tudo quanto Alexandre III concedera a D. Afonso Henriques em 1179: nos mesmos termos e em bulas que começavam com as mesmas palavras — *Manifestis probatum est.*

Mas diga-se ainda: Em 22 de Julho de 1195, o Papa Celestino III, pela bula *"Incumbit nobis"*, concedeu ao Prior de Santa Cruz de Coimbra a faculdade de dar a cruz a peregrinos e a quem fosse combater os mouros; em 10 de Abril de 1197, pela bula *"Cum auctores et factores"*, o mesmo Papa concedia a D. Sancho I e aos portugueses que se levantassem contra o rei de Leão, na altu-

ra aliado com os muçulmanos, as mesmas indulgências que eram outorgadas aos que iam lutar à Terra Santa.

Chegamos ao ano de 1217. Durante todo o Verão, cavaleiros portugueses e cruzados nórdicos a caminho da Terra Santa cercaram o mais forte baluarte mouro a sul do Tejo — Alcácer. O ambiente não podia ser mais cruzado. Em Outubro, os Bispos de Lisboa e Évora e os Mestres das Ordens Militares escrevem ao Papa Honório III, a relatar a tomada do castelo: grande batalha, onde uma cruz no céu pressagiara a vitória cristã. E mais: pedem-lhe autorização para os cruzados estrangeiros ficarem aqui, a ajudar na reconquista ibérica, com as indulgências da Terra Santa. No mesmo sentido, escrevia ao Papa o conde Guilherme da Holanda, um dos de Alcácer. A 12 de Janeiro de 1218, responde o Papa aos prelados: não se devem desviar os cruzados da Palestina; mas, enquanto aqui estiverem, lucrarão das indulgências da Terra Santa (Letras *"Intellecta ex vestris litteris"*). Continuemos ainda: a 26 do mesmo mês de Janeiro de 1218, o Papa Honório III, pelas Letras *"Dilectus filius"*, manda os Bispos de Lisboa e Évora e o Prior de Palmela dispensarem do voto de ir à Terra Santa os cruzados pobres e aqueles que tinham desfeito os barcos para construirem as máquinas de assalto ao castelo de Alcácer; em 13 de Junho de 1226, as Letras *Ut obsequium christianorum,* do mesmo Papa, mandavam ao Arcebispo de Braga que absolvesse da excomunhão os clérigos e leigos da sua província que fosse guerrear os mouros; em 21 de Outubro de 1234, a Bula *Cupientes Christicolas,* de Gregório IX, incita os cristãos portugueses à reconquista ibérica, com as mesmas indulgências da Terra Santa.

Definitivamente e à volta do episódio de Alcácer, a nossa luta transforma-se em cruzada: expedição militar e prática penitencial.

Pe. Manuel Clemente

CRÓNICA

Já lá vão cinco meses desde que aqui chegámos... Meu Deus, como o tempo passa!... Fugaz, impetuoso e destemidamente. Não se compraz com as nossas paragens ao longo da estrada da vida, nem lhe causa dó o sussurro dos nossos gemidos. Obriga a decidir no "presente" que se vive, como condição de chegar mais além. Diz-se que o tempo passa por nós, e nós por ele. E na verdade assim é. É no tempo, nesse espaço minúsculo e ténue da história que cada um de nós faz; em que cada um de nós vive, que se joga aquilo que se é, e se conquista o que se poderá vir-a-ser.

Cinco meses já lá vão! Seria impossível passar esse filme, longo e cheio de mistério que é a vida quotidiana desta Comunidade, na lente opaca desta simples página de crónica. Procuraremos, ao menos, retratá-la em três ou quatro "flashes" que, emoldurados no "quadro de vida" proposto pelo Sr. Reitor no início deste ano, nos darão uma imagem aproximada do que foi mais significativo neste espaço de tempo.

Em 11 de Outubro começámos mais um ano escolar com a Missa Votiva do Espírito Santo, presidida por Sua Excelência Reverendíssima o Sr. Dom Maurílio de Gouveia, Arcebispo de Évora e membro da Comissão Episcopal da Universidade Católica.

A Celebração da Eucaristia marcou, por conseguinte, o início das nossas actividades académicas que constituem a mais importante tarefa do nosso dia-a-dia. Com efeito, é na Universidade que passamos uma grande parte do nosso tempo, dedicando-o à investigação das ciências teológicas e ao cultivo do espírito humano. Sendo o estudo da teologia uma tão importante tarefa, não se reduz, contudo, a nossa vida, à sua execução. De facto, se esta comunidade é uma comunidade académica, ela é, sobretudo, uma comunidade eclesial específica, pois caracteriza-a a preparação imediata dos seus membros para o exercício do ministério sacerdotal. Deste modo, entende-se que a nossa comunidade seja também, uma comunidade pastoral. Significa isto que o estudo da teologia procura uma íntima articulação com a nossa preparação de futuros Pastores do Povo Cristão, e não simples 'intelectuais' da fé...

COMUNIDADE PASTORAL

Cabe aqui falar um pouco desse espaço de reflexão, debate e confronto que caracteriza as nossas tardes de quarta feira. Este Semestre detivemo-nos bastante sobre o estudo das "Normas Fundamentais". Dada a especificidade do tema, foi o mesmo tratado sob diversos pontos de vista, pelos Padres da Equipa Responsável. O Sr. Pe.

Manuel Clemente abordou, logo de início, um tema bastante importante sobre a formação filosófico-teológica. Mais tarde, o Sr. Pe. Armindo Garcia trataria especificamente da espiritualidade do Padre diocesano no contexto do Seminário dos Olivais. Um pouco mais adiante, já em tempo de grande actividade pastoral pelas paróquias das redondezas, o Sr. Pe. Carlos fez uma abordagem oportuna das atitudes pastorais do evangelizador e do catequista. Por sua vez, o Sr. Reitor veio a encerrar este ciclo de estudos, sobre o Documento da Conferência Epsicopal. Sua Excelência Reverendíssima, resumiu em cinco, as linhas mestras que presidiram à concepção daquele documento: a opção cristocêntrica, eclesiocêntrica, pastoral, espiritual, e por último, sublinhou a ideia da unidade, ou seja aludiu à dimensão unificadora de toda a formação. Por exiguidade de espaço e se pressupor que este documento é já do conhecimento geral, até porque em outros números de (NO) largamente dele se falou, escusamo-nos a sublinhar este aspecto.

Já depois das férias do Natal, tivemos o prazer de ouvir o Pe. Manuel Clemente que, a propósito da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, nos apresentou a figura de Lutero segundo a actual compreensão histórico-crítica, invocando o testemunho dos recentes trabalhos de J. Lortz neste âmbito.

O ESPAÇO COMUNITÁRIO

Somos uma comunidade num espaço concreto: o Seminário dos Olivais. Um espaço material que por sua natureza pode estimular ou condicionar a mútua edificação. Algumas modificações assinalam este ano a disposição do espaço comunitário, nomeadamente o espaço litúrgico. Uma das mais importantes foi a passagem para a capela grande. Contestada por uns, aceite por outros, a verdade é que o Pe. José Ferreira, nosso liturgista, se encarregou de "pôr os acentos nos is", como já tem acontecido em outras ocasiões: "os cantinhos são para as beatas". Nem mais, nem menos! A opinião geral é de que a capela constitui, de facto, um espaço pedagógico de formação litúrgica, embora subsista, como o provou a revisão de semestre, a ideia de que a sua amplitude não favorece a oração pessoal... Bom, a antiga capela voltou a ser transformada em sala de leitura, como nos tempos da filosofia, constituindo um espaço de leitura, mais agradável e útil.

A sala do fogão continua a ser um dos espaços mais apreciados da casa, sobretudo no inverno. Quem diria: outrora enfermaria, hoje, espaço privilegiado de encontro, de diálogo. Mesmo ao lado fica o bar do Sr. Teixeira que dispensa qualquer apresentação. Ainda no mesmo andar, já a caminho do refeitório, fica o gabinete da Sra. D. Eduarda, onde passa grande parte do seu tempo a fazer as contas mais difíceis desta casa... Bom, e chegámos ao refeitório que começa a ser pequeno para tanta boca. Qualquer ano, com este aumento de bocas a comer, vamos ter que mudar de "prado"! ... Seja como Deus quiser, por enquanto, apesar dos "zum zuns" que por aí se ouvem, as couves vão chegando e os nabos também não faltam!

Seria uma grave omissão se não registássemos na crónica o esforço 'titânico' da equipa ecológica da casa, na

'renovação' da flora e na 'purificação' da fauna. Chefiada pelo Sr. Pe. Armindo Garcia e secundada pelo Francisco Tito e Luís Germano, os resultados já são visíveis. Parabéns e continuem! A mata bem precisa...

ABERTURA ECLESIAL

Sendo nós uma comunidade eclesial, a nossa identidade, enquanto tal, tem de passar necessariamente por uma grande abertura aos acontecimentos do mundo e da Igreja. A alegria da Igreja é também a nossa alegria. Referimo-nos, antes de mais, à ordenação presbiteral do diácono António Pires, que foi aluno deste Seminário e nosso prezado colega. A sua vontade determinante de consagrar toda a vida ao serviço da Igreja de Setúbal, foi confirmada pelo seu Bispo, Sr. Dom Manuel Martins, que no dia 8 de Dezembro passado lhe conferiu a Sagrada Ordem de Presbítero. Nós alegrámo-nos com este acontecimento e queremos dizer ao António Pires que o seu exemplo nos estimula.

Também no dia 15 de Dezembro, a nossa comunidade voltou a estar em festa. Nesse dia foram instituídos nos Ministérios de Leitor: o Joaquim Nazaré; de Acólito: Pedro Durrer, Manuel Machado, José Traquina e Manuel Alexandre, todos do Patriarcado de Lisboa. O Sr. Patriarca presidiu à Eucaristia, durante a qual foram apresentados os candidatos e instituídos nos respectivos ministérios.

Estiveram presentes muitos familiares dos instituídos e, como sempre, apraz-nos registar a presença do Seminário de Almada: superiores e alunos. Aproveitámos a ocasião e fizemos também a nossa festa de Natal que decorreu muito bem e com agrado dos presentes. De salientar que esta festa contenta-nos sempre com a presença de todos os empregados do seminário, já que, de um modo ou de outro, todos, eles e nós, fazemos parte da mesma família. O Sr. Reitor não esqueceu isso mesmo, ao dirigir a todos, no final da festa, uma mensagem cheia de candura e simplicidade, apontando como exemplos típicos de vida cristã, o Menino, Sua terna Mãe e Seu castíssimo Pai, e, até o burrinho e a vaquinha; mai-los pastores e seus cordeiros, tomados na sua singeleza, serviram a Sua Reverendíssima para completar a lição que o presépio nos dava naquela noite. E foi tudo tão completo que Sua Eminência não se achou capaz de acrescentar à mensagem, fosse a palavra mais bela do mundo! Estava tudo dito, só faltava dar as boas-noites... Sua Eminência despediu-se, e nós uns dos outros.

O dia 23 de Janeiro foi outro dia de festa, não só para nós como também para a Igreja de Lisboa. O padre Albino Cleto seria ordenado Bispo na tarde desse dia. A vasta Igreja do Mosteiro de Santa Maria dos Jerónimos foi pequena demais para acolher o Povo Cristão que ali acorreu para rezar pelo seu novo Bispo. Esteve presente a quase totalidade do Episcopado, acolhendo assim, este seu novo Irmão no seio do Colégio Episcopal e, largas centenas de sacerdotes, amigos, e muitos familiares do novo Bispo que se deslocaram de Manteigas, terra natal de D. Albino. E nós também! Fomos, participámos e saboreámos a alegria cristã da festa. A muitos de nós, D. Albino Cleto está ligado de um modo muito particular, desde os tempos de Almada, Seminário onde Sua Excelência Re-

verendíssima foi Vice-Reitor. Liga-nos sobretudo o seu testemunho de padre, enfim, a sua amizade pessoal. Deus queira que a sua divisa episcopal: "Vale mais dar que receber", faça dele um bom Auxiliar do Sr. Cardeal Patriarca e, acima de tudo, um grande Bispo da Igreja.

No dia 25 de Janeiro, festa litúrgica da Conversão de S. Paulo, associámo-nos à alegria da comunidade de Almada, da qual o santo festejado é Padroeiro. A festa decorreu em agradável clima de amizade e contou com a presença dos Senhores Bispos que ali têm os seus seminaristas a estudar. Felicitamos o Francisco Ruivo e o Robson e, nas suas pessoas, toda aquela comunidade seminarística, pela excelente interpretação teatral com que prendaram a nossa presença. Muito obrigado! muito iremos contar convosco!

Uma nota de tristeza assinala o termo desta já longa crónica. Morreu o pai do Manuel Carlos, nosso colega da Diocese do Funchal. Foi no passado dia 2 de Fevereiro. Que o Senhor o acolha na sua paz, é a prece que esta comunidade em oração eleva ao Senhor da Vida.

E assim foram, em traços largos e já bem longos, estes cinco longos meses que já lá vão... Na próxima vez continuaremos!

João Rosa